



**EXCELENTÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA BIRIGUI/SP**

Concorrência Eletrônica 03/2024

Edital nº 017/2024

CONTRANOTIFICAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.605.981/0001-30, por seu representante legal que esta subscreve, vem, com o devido respeito e vênias perante a Augustíssima Comissão Permanente de Licitação, apresentar a presente **CONTRARRAZÕES** em oposição ao Recurso Administrativo impetrado pela empresa **A.R DE CAMPOS LTDA**, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.406.547/0001-30, com sede à Avenida Cassiano Ricardo, nº 601, sala 161 e 163, Parque Residencial Aquarius, São José dos Campos/SP, CEP: 12246-870, nos termos que se seguem, e em estrita observância às normativas aplicáveis e ao princípio da legalidade que rege os atos administrativos.

Rua Francisco Ribeiro. 170 • 2 andar. Presidente Prudente - SP
Avenida Paulista, 1471, Bela Vista. São Paulo-SP
Rua Joaquim Nabuco. 540. Adamantina-SP
contato@malufegarciaadvocacia.com.br
(18) 98813-7927 (18) 99679-0632

I – SÍNTESE DO PROCEDIMENTO

Trata-se de certame licitatório promovido pelo município de Birigui/SP, com o objetivo de contratação de empresa especializada para execução de obra, em regime de empreitada, por menor preço global consistente na execução da 4ª etapa de trecho de emissário de esgoto do baixotes com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiros e projetos fornecidos pela Secretaria de Meio Ambiente.

Credenciadas as partes, restou classificada a licitante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME na etapa competitiva, por apresentar melhor processo, pelo qual restou habilitada, após apresentação de documentação adicional, pelo Ilmo. Pregoeiro.

Contra a decisão, manifestou interesse em recorrer a empresa AR DE CAMPOS LTDA, que apresentou tempestivamente seu recurso, alegando, em suma, que esta empresa apresentou documentos de habilitação jurídica e comprovante de vínculo com responsável técnica em desacordo com as exigências editalícias.

Sem razão o recorrente, o que melhor se fundamentará.

II – DO MERITO

Resumidos os fatos, passar-se-á a fundamentação.

II.a – da Incompatibilidade Entre as Atividades da Empresa e o Objeto do Edital

Alegou a recorrente, em suma, violação aos itens 4, 10.7.2.1 E 10.7.2.2 do edital,

haja vista que a atividade empresarial desta empresa, supostamente, é divergente com as características do objeto licitado, apontando-se violação ao artigo 66 da Lei 14.233/21.

Aponta que as atividades de Construção de Edifício (41.20-4-00); Administração de obras (42.11-1-01); Construção de rodovias e ferrovias (42.11-1-01) e Obras de Alvenaria (43.99-1-03) são incompatíveis com o objeto principal da licitação, haja vista não se relacionarem com atividades relacionadas a redes de abastecimento de água e rede de coleta de esgoto.

As atividades enumeradas por esta licitante compreendem não apenas o objeto do edital, mas também àquelas consignadas pela recorrente em seu contrato social, de modo que a empresa A R DE CAMPOS LTDA apenas discriminou de maneira mais especificada em ocasião a abertura da pessoa jurídica. Trata-se, simples e literalmente, de quem marcou mais “Xs” nos formulários entregues pela administração ou escreveu mais palavras no contrato/estatuto social.

No mais, a licitante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO M.E. explora, conforme registro empresarial, a atividade de “Execução de Ferrovias e Rodovias”, “Construção de obras viárias” e “Instalações Hidráulicas”, que inclui todos os serviços necessários de infraestrutura para seu regular funcionamento, como a rede de abastecimento de água, esgoto ou transmissão de energia elétrica.

Cediço que as exigências de compatibilidade das atividades empresariais com o objeto do contrato indicam que a empresa não pode participar de licitação cujo objeto principal diverge da atividade por ela realizada, mas nunca trazer imposição legal de que os empresários tenham discriminadas todas as atividades especificamente.

Nesse sentido, cabe destacar a doutrina de Joel de Menezes Niebuhr (em **Licitação Pública e Contrato Administrativo**. Curitiba: Editora Zênite, 2008. p. 222.):

(...) a Lei nº [8.666/93](#), pelo menos no que tange à habilitação jurídica, não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente à atividade correspondente ao objeto da licitação. (...)

Dessa sorte, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação, de modo a dever, o licitante, ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade. Repita-se que o documento constitutivo não precisa dispor expressa e especificamente sobre o objeto da licitação. Conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho (em **Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553)

" (...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação ".

Convergem, na interpretação ora defendida, tanto os Tribunais Judiciais como o Tribunal de Contas da União, senão vejamos:

obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com

fulcro na competitividade. (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara)

Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993. (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara)

Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados. (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara)

MANDADO DE SEGURANÇA. Licitação. Alegação de falta de qualificação técnica e inexequibilidade da proposta apresentada pela vencedora de pregão presencial para contratação de serviço de coleta de resíduos. Atestados técnicos em nome de pessoas jurídicas incorporadas pela candidata. Irrelevância do CNAE específico ao serviço contratado, abrangido por seu objeto social mais amplo. Alegação de inexequibilidade da proposta baseada em impressões subjetivas, não prestigiada pela prova produzida. Recurso não provido. (TJ-SP - AC: 10014547220198260247 SP 1001454-72.2019.8.26.0247, Relator: Coimbra Schmidt, Data de Julgamento: 05/08/2021, 7ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 05/08/2021)

Pontua-se, ademais, que os requisitos de habilitação devem ser exigidos nos estritos limites do art. 62 e seguintes da Lei 14.133/21 (art. 27 e seguintes da Lei 8.666/93), e estes não exigem habilitação pautada nos códigos da CNAE, ou que o objeto social da empresa seja idêntico ao objeto da licitação, de modo que, inabilitar licitante por este motivo equivaleria a criar imposição legal inexistente na legislação, em afronta ao princípio da legalidade (Art. 5º,

II, CF).¹

Ademais, a Lei 14.133/21 privilegia o interesse público e da administração, prevendo-se expressamente que o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo (art. 12, III). Nesse sentido, corrobora a jurisprudência sobre o tema:

APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PERDA DE OBJETO. NÃO CONFIGURAÇÃO. MERA IRREGULARIDADE FORMAL. DOCUMENTO APRESENTADO SEM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA. INTERESSE PÚBLICO. (...). A apresentação de documento sem assinatura do responsável pela empresa configura mera irregularidade formal, não sendo apto a gerar sua desclassificação em pregão presencial. O procedimento de licitação, embora esteja vinculado ao edital de convocação, deve zelar pelo interesse público, garantindo maior competitividade possível aos concorrentes. Precedentes desta Corte. Equívoco que poderia ter sido sanado quando da abertura dos envelopes, uma vez que o representante se fazia presente ao ato e poderia confirmar a autenticidade do documento por ele apresentado. APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA NECESSÁRIA. (TJRS, Apelação / Remessa Necessária 70078093887, Relator(a): Marcelo Bandeira Pereira, Vigésima Primeira Câmara Cível, Julgado em: 22/08/2018, Publicado em: 29/08/2018, #53708945)

Em arremate, considerando a (I) compatibilidade do objeto social da pessoa jurídica com o objeto em certame, (II) inexistência de previsão legal de identidade das

¹ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

atividades; (III) ser objetivo do processo licitatório assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública (art. 11, I, Lei 14.133/21, rigoroso ser ilegal e desproporcional inabilitar essa licitante pela suposta incompatibilidade alegada, sobretudo considerando-se o atestado de execução de serviços apresentando, que denota realização de serviço idêntico com complexidade superior ao exigido no certame.

II.a – do Piso Da Categoria

Alegou-se que a empresa VINICUIS NOGUEIRA FABRICIO, vencedora do certame, não cumpre os requisitos mínimo previstos na legislação relacionados ao salário-mínimo de seu responsável técnico.

Precipuamente, vale ressaltar que o tópico é um **nada jurídico**, de modo que quaisquer negócios ou relacionamentos jurídicos particulares, desta licitante, que não citados no edital ou na Lei 14.133/21 como óbices para participar da licitação, não podem dar causa à inabilitação ou desclassificação, haja vista os princípios constitucionais da pessoalidade e da legalidade.

No mais, os valores previstos no contrato de prestação de serviços referem-se, conforme bem delineado no contrato, a uma carga horário parcial. Sendo lícito aos particulares se organizarem da melhor foram que lhes convém, ademais, não tem como a recorrente afirmar que o engenheiro auferir valor inferior ao mínimo, haja vista ser possível a existência de múltiplos contratos, de prestação de serviços ou parcerias.

Se por amor ao colega profissional, o valor da contraprestação de serviço lhes enfadou, basta oferecê-lo valor melhor ou comunicar o fato às autoridades competentes para

apuração.

III – DOS PEDIDOS

Em caso análogo, envolvendo esta licitante, as alegações levantadas pela licitante recorrente restaram rechaçadas pela administração, conforme decisão, que se anexa, prolatada pelo agente de Contratação - Suplente do Município de Birigui, sendo este o entendimento jurídico correto.

Reitera-se, diante da análise minuciosa dos recursos e das normativas que regem o certame, a solicitação para que esta renomada Comissão de Licitação rejeite integralmente o recurso administrativo apresentado por não atender ao critério legal e técnico exigido, e por não demonstrar fundamento suficiente que justifique a alteração do resultado da licitação.

Nesses termos, pede deferimento.

Presidente Prudente/SP, 22 de maio de 2024.

Vinicius Nogueira Fabricio
Representante

Rua Francisco Ribeiro. 170 • 2 andar. Presidente Prudente - SP
Avenida Paulista, 1471, Bela Vista. São Paulo-SP
Rua Joaquim Nabuco. 540. Adamantina-SP
contato@malufegarciaadvocacia.com.br
(18) 98813-7927 (18) 99679-0632



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

MANIFESTAÇÃO A RECURSO

Concorrência Eletrônica nº 02/2024

De Acordo:

LEANDRO MAFFEIS

MILANI:29041343873

Assinado de forma digital por LEANDRO MAFFEIS
MILANI:29041343873
DN: c=BR, ou=Videoconferencia, ou=22087231000198,
ou=AC-SymantecID-Multistep, o=ICP-Brasil, cn=LEANDRO
MAFFEIS MILANI,29041343873
Dados: 2024.05.16 14:42:40 -03'00'

Leandro Maffeis Milani

Prefeito Municipal

O Agente de Contratação Suplente, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, levar a Vosso conhecimento o(s) Recurso(s) Administrativo(s) referente(s) à fase de habilitação, interposto(s) pela(s) Empresa(s) **A. R. DE CAMPOS LTDA.**, relativo(s) à licitação realizada na modalidade numerada em epígrafe, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para obra de execução de trecho de emissário do baixotes – 3ª etapa-Birigui-SP, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiros e projetos fornecidos pela Secretaria de Meio Ambiente.

BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Em sessão pública realizada através da plataforma eletrônica "BLL Compras", após etapa de lances, diligência efetuada para a suposta vencedora do certame, apresentar prova de exequibilidade de sua proposta, e análise da documentação de habilitação, sagrou-se provisoriamente vencedora a empresa VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO – ME.. Em ato contínuo, abriu-se prazo para a manifestação de intenção recursal, oportunidade na qual as empresas A. R. DE CAMPOS LTDA e MARIA SANTA LOCAÇÃO E OBRAS LTDA., manifestaram suas intenções alegando que: *"Prezada comissão, gostaríamos de manifestar nossa intenção de recurso quanto a habilitação do PARTICIPANTE 030. Notamos que suas atividades principais ou secundárias (CNAE) não são compatíveis com o objeto da licitação. O item 10.7.2.1 prevê inclusive apresentação do Cartão CNPJ com CNAE pertinente ou compatível ao objeto da licitação. Todavia, verificando seu*

W



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Requerimento de empresário, Cartão CNPJ e comprovante de inscrição estadual não localizamos atividades pertinentes ou compatíveis” e “Manifestamos interesse em interpor recurso contra a habilitação da empresa VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME”, respectivamente.

Outrossim, o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação dos memoriais fora concedido, porém somente a empresa A. R. DE CAMPOS o fez, enquanto a licitante MARIA SANTA deixou de apresentá-lo.

Cumpra ressaltar que a recorrente trouxe em suas razões, matéria além daquela manifestada, qual seja, da irregularidade perante o CREA no que diz respeito ao salário mínimo profissional, alegando que a vencedora provisória não cumpre a legislação sobre o vencimento mínimo regido pelo conselho da categoria.

Oportunamente, transcorrido o prazo para apresentação de razões de recurso, fora concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de contrarrazões, tendo a empresa VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO – ME. manifestado a respeito, tempestivamente, defendendo sobre a incompatibilidade de atividades, em síntese que *“considerando-se o atestado de execução para comprovação técnica apresentado, que denota realização de serviço similar / idêntico com complexidade superior ao exigido no certame”, e no que concerne ao piso da categoria, em síntese que “vale ressaltar que o tópico é um nada jurídico, de modo que quaisquer negócios ou relacionamentos jurídicos particulares, desta licitante, que não citados no edital ou na Lei 14.133/21 como óbices para participar da licitação, não podem dar causa à inabilitação ou desclassificação, haja vista os princípios constitucionais da personalidade e da legalidade” e ainda “os valores previstos no contrato de prestação de serviços referem-se, conforme bem delineado no contrato, a uma carga horário parcial. Sendo lícito*

~



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

aos particulares se organizarem da melhor forma que lhes convém, ademais, não tem como a recorrente afirmar que o engenheiro auferir valor inferior ao mínimo, haja vista ser possível a existência de múltiplos contratos, de prestação de serviços ou parcerias”.

É o relatório.

Em sede das razões recursais e contrarrazões, as empresas apresentaram seus memoriais tempestivamente, com exceção da empresa Maria Santa Locação e Obras Ltda., restando a este Agente de Contratação Suplente nomeado através da Portaria nº 47 de 07 de maio de 2024, dar o devido recebimento e prosseguir com o julgamento, inclusive da motivação daquela que não trouxe suas razões, haja vista se tratar parcialmente da mesma matéria da ora recorrente.

Pois bem.

O agente de contratação ao proferir suas decisões respeita não apenas o princípio de vinculação ao Edital, mas também os demais princípios que norteiam os procedimentos licitatórios, entre os quais, os da legalidade, da vinculação ao edital, segurança jurídica, isonomia e ampla concorrência, bem como selecionar a proposta mais vantajosa.

Compete ao Agente de Contratação, meramente a formalidade de tramitar todo o processo administrativo da licitação, tendo suas decisões embasadas nas documentações trazidas aos autos, bem como deliberações dos responsáveis técnicos, como o caso.

I – VIOLAÇÃO AOS ITENS 4, 10.7.2 E 10.7.2.2 DO EDITAL E APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO (ITEM 10.7.1.1)

~



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

**COM OBJETO SOCIAL DIVERGENTES COM AS CARACTERÍSTICAS DO
OBJETO LICITADO**

Em que pese as alegações e pedido de inabilitação formulado pela empresa A. R. DE CAMPOS, novamente a Secretaria fora devidamente oficiada a se manifestar aos apontamentos e razões trazidas por aquela, e em seu entender, proferiu através do Ofício nº 030/2.024 - GOFS o seguinte:

[...] dentre as atividades econômicas relacionadas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da empresa Vinícius Nogueira Fabrício, há "Construção de rodovias e ferrovias", tipo de obra que geralmente contempla, entre os serviços de drenagem, a execução de galerias de águas pluviais, onde, no nosso entendimento, enquadra-se como serviço similar ao objeto do certame" (grifo nosso)

Inobstante a manifestação acima, o Tribunal de Contas da União já se manifestou quanto a não possibilidade de exclusão de empresa apenas por não possuir CNAE específico do objeto licitado, qual trouxemos ao presente julgamento:

De fato, não está expressamente consignado no contrato social o serviço de transporte de pessoas almejado pela CNEN. Porém, constam dos autos três atestados de capacidade técnica

~



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

apresentados pela Egel que comprovam a prestação dos serviços desejados para três distintas pessoas jurídicas de direito público. (fls. 90, 99 e 100). **Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as sub atividades complementares à atividade principal.**” (Acórdão nº 571/2006 – 2ª Câmara) (grifo nosso)

Deste modo, entende o Egrégio Tribunal de Contas da União que a mera inabilitação pelo fato alegado da ora recorrente feriria o próprio caráter competitivo de uma licitação.

Empresas não podem ser atadas somente às atividades expressamente previstas em seu cartão CNPJ e/ou Contrato Social.

Os requisitos de habilitação previstos no art. 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21 não exigem habilitação pautada nos códigos da CNAE, ou que o objeto social da empresa seja idêntico ao objeto da licitação, se limitando as exigências em jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e, econômico-financeira.

Ainda, levantou a recorrida, doutrina do renomado jurista e doutrinador Marçal Justen Filho:



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

"(...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação". (em Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553)

O próprio texto da Lei traz que a habilitação apenas visa a demonstração da capacidade da licitante vencedora em exercer direitos e assumir obrigações (artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021).

Por fim, a empresa provisoriamente tida como vencedora apresentou, quando solicitado, toda a documentação exigida no Instrumento Convocatório, inclusive àquelas descritas na cláusula 10.7.4, qual versa sobre qualificação técnica, sendo devidamente analisada pela representante da Secretaria requisitante e entendedora técnica da pasta, bem como do consultor e representante da empresa PLANCO PLANEJAMENTO, ACROPECUÁRIA E SANEAMENTO LTDA., restando aprovadas.

Dentre a documentação de qualificação acima mencionada, consta a exigência de comprovação de aptidão Técnico-Profissional, cujo teor, in verbis, traz: "Comprovação de aptidão Técnico-Profissional nos termos do inciso I, Art. 67, da Lei Federal nº 14.133/21, de que a empresa possui profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade(s) técnica(s), execução de obras e serviços similares/semelhantes ao objeto licitado, que operem Sistemas de Esgotamento Sanitário" (grifo nosso).

w



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Durante sessão pública, a própria entendedora técnica desta Prefeitura, devidamente auxiliada pelo consultor da Secretaria de Meio Ambiente, analisou e aprovou a aptidão da empresa em executar os serviços ora licitados através dos acervos apresentados, entendendo este Agente de forma lógica pela habilitação daquela.

Resta, portanto, a obrigatoriedade da decisão proferida por este agente de contratação, ser mantida em habilitar e declarar vencedora do certame a empresa VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO – ME.

II - IRREGULARIDADE PERANTE O CREA – SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Ao que tange a alegação trazida pela recorrente no presente tópico, apesar de não o ter motivado durante prazo concedido em sessão pública, suas razões serão analisadas e julgadas nos termos que seguem.

O Edital traz em seu bojo única e exclusivamente a exigência de comprovação de inscrição no conselho competente a que se refere o ramo de atividade da licitação, tal qual transcrito abaixo:

10.7.4.1. Prova de Registro ou inscrição junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, ou CFT/CRT – Conselho Federal dos Técnicos Industriais/Conselho Regional dos Técnicos Industriais, da empresa e de seus responsáveis técnicos em vigor.

w



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Nos termos do princípio basilar da vinculação ao instrumento convocatório, a empresa recorrida comprovou sua inscrição, qual foi verificada, analisada e aprovada pelos representantes requisitantes presentes.

O mesmo foi aferido quanto a exigência da Cláusula 10.7.4.2.1, qual trouxe aos autos comprovação de vínculo profissional dos responsáveis técnicos da empresa, qual foi anexado as razões de recurso através de imagem do Contrato de um dos profissionais.

O Edital em nenhum momento trouxe a exigência de comprovação e informação do quantum percebido aos responsáveis técnicos de cada licitante, mesmo porque se trata de uma pauta interna e particular de cada estabelecimento.

Tal fato deve ser fiscalizado por conselho competente, restringindo à Administração qual contrata apenas a verificação da legalidade de sua inscrição naquele, como comprovado às fls. 191 dos respectivos autos.

A matéria portanto não interfere na sua participação e consequente habilitação licitatória, desde que cumpra os requisitos estritamente trazidos em Edital.

CONCLUSÃO

Por conseguinte, este agente de contratação, apreciando as razões e contrarrazões recursais, decide conhecer o recurso interposto, porém, no seu mérito, julgar pelo não provimento no sentido de RATIFICAR o julgamento já proferido CLASSIFICANDO, HABILITANDO E DECLARANDO VENCEDORA a empresa VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO –

W



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

ME. por atender as exigências editalícias e referida decisão encontrar-se respaldada na Lei Federal 14.133/21.

S.M.J., opina-se pelo prosseguimento do certame, encaminhando-se os autos à Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, para as providências cabíveis.

Birigui, 16 de MAIO de 2.024.

Willian P. Gonçalves

WILLIAN PONTES GONÇALVES
Agente de Contratação - Suplente